

Texto completo

## **As novas esquerdas e o movimento estudantil no Brasil: 1961-1967.**

*Luís Antonio Groppo*

As lutas dos estudantes universitários foram marcadas por idéias e práticas “populistas” no período que vai de 1961 a 1964. Mas, ao mesmo tempo em que se expressou o elitismo e o idealismo típicos do populismo, os estudantes e sua entidade principal, a UNE (União Nacional dos Estudantes), acompanharam a radicalização crescente das forças progressistas aliadas ao populismo do governo Goulart, além de serem importantes protagonistas dos momentos finais deste período. Mas o golpe de 1964 selou o colapso da República Populista. Apesar da derrota inicial e de grandes dificuldades, a UNE e os estudantes aos poucos se reorganizaram e acabaram por abandonar o populismo inicial, adotando cada vez mais as ideologias radicais das “novas esquerdas”, prestes a protagonizar um dos eventos mais importantes de contestação ao Regime Militar, o movimento estudantil de 1968.

Este artigo discute principalmente a emergência das novas esquerdas estudantis, a partir de dissidências do Partido Comunista Brasileiro e de organizações maoístas, trotskistas e da esquerda católica (a Ação Popular), que foram constituindo, contra um regime político cada vez mais autoritário, uma práxis por sua vez cada vez mais radical – defendendo propostas como revolução proletária, guerra popular, luta armada etc. Em seguida, o artigo discute que esta práxis foi muito importante para a radicalização do próprio movimento estudantil brasileiro, movimento que atingiria seu auge em 1968, numa irresistível onda nacional de revoltas juvenis (parte, na verdade, de uma onda que era mundial). Baseia-se principalmente em inúmeros livros sobre os movimentos estudantis dos anos 1960 (fontes secundárias), mas também em alguns documentos estudantis produzidos na época (fontes primárias).

O artigo complementa outras produções de minha autoria: o livro *Uma onda mundial de revoltas. Movimentos estudantis de 1968* (Groppo, 2005a), que sistematiza de modo geral o movimento de 1968 (tanto no Brasil, quanto em outras partes do globo), e um artigo publicado sobre a questão universitária no Brasil dos anos 1960 vista sob a perspectiva dos movimentos estudantis (Groppo, 2005b).

### *A ascensão das novas esquerdas*

Apesar do cultivo recíproco de um enorme antagonismo, com mais distância no tempo é possível perceber o quanto tinham em comum, novas e velhas esquerdas brasileiras nos anos 1960, no seu aspecto ideológico. Referências ao marxismo-leninismo, diversas palavras-chave, figuras da retórica e, até mesmo, concepções semelhantes a respeito do nacionalismo, o imperialismo e o papel da violência (praticada pela nova esquerda, considerada inadequada naquele momento pela velha). O grande divisor de águas “ideológico” entre velhas esquerdas (especialmente o Partido Comunista Brasileiro) e novas esquerdas seria a questão da luta armada. Adotando a retórica e a prática da luta armada, as novas esquerdas acreditavam estar rompendo com o arsenal populista e reformista que, aos seus olhos, contaminara o PCB (Partido Comunista Brasileiro) e as velhas esquerdas, que fizera com que as forças progressistas caíssem inertes diante do golpe militar de 1964.

As velhas esquerdas tinham vivido a proximidade relativa com o poder nos anos do populismo. Elas tiveram, entretanto, enormes dificuldades para lidar com a ditadura e com o total fechamento dos espaços políticos às tradicionais formas de ação permitidas pela democracia populista. Esta fraqueza da esquerda tradicional abriu um espaço, no campo das oposições, devidamente preenchido pelas novas esquerdas. A proximidade das velhas esquerdas com o poder na democracia populista, atingindo o auge justamente na fase mais crítica do populismo, o governo de João Goulart, no início dos anos 1960, fizera com que estas não conseguissem realmente escapar dos limites do populismo:

Como a esquerda se prende cada vez mais às técnicas, estilos e alvos da democracia populista, não consegue libertar-se a tempo, para propor e impor a sua alternativa. No convívio contínuo, crescente e profundo com a política de massas, acaba por inverter meios e fins, tática e estratégia, ideologia e realidade. Por isso abismou-se com o golpe. (Ianni, 1978, p. 124).

O PCB dispunha de quadros experientes e totalmente dedicados ao trabalho partidário, uma sólida penetração no movimento operário, ramificações no meio camponês e forte influência no movimento estudantil e em campanhas antiimperialistas: “Servia de referencial a todas as organizações de esquerda”. (Gorender, 1998, p. 22). Mas, após 1964, as organizações que seriam identificadas como novas esquerdas teriam como única idéia consensual a crítica ao reformismo do PCB, idéia mais forte ainda quanto a do caminho a

ser seguido (da violência). (Almeida; Weis, 1998). Dentro do movimento estudantil esta idéia também estaria fortemente presente. Um documento preparatório do 30º Congresso da UNE, que seria realizado em outubro de 1968, criticava a incapacidade do PCB de resistir ao golpe de 64:

A mais importante lição que se pode retirar daquele acontecimento é a da total incapacidade dos partidos comunistas burocratizados para analisarem concretamente a situação real em um país qualquer, conquistarem as massas operárias e dirigi-las na tomada do poder [...] No Brasil ficou evidenciado o erro do PC ao fazer “aliança” com a “burguesia nacional”, totalmente impotente para se opor ao imperialismo. (A situação no Brasil e o movimento estudantil, 1968, p. 1).

Após o golpe, o PCB parecia se deixar levar por um intenso debate interno sobre os erros que resultaram na sua derrota. Mas, logo, Luís Carlos Prestes e outros membros da direção nacional passaram a censurar os vários textos internos que apontavam erros da própria direção. Em breve ficaria evidente que a direção do PCB não apenas se recusava a admitir seus erros, como jogava a culpa pelo fracasso àqueles que denunciavam o “reboquismo” do partido, pejorativamente chamados de “esquerdistas” pela direção. Desde então, o PCB passou a enfrentar muitas perdas e cisões nas suas bases, em destaque no seu setor estudantil. Em quase todos os Estados, “dissidências” ou “correntes” estudantis comunistas ganhavam vida própria, com orientação política independente e recrutando novos adeptos diretamente para si, não mais ao partido. (Gorender, 1998).

Mesmo antes de 1964, o PCB enfrentava a concorrência de outras organizações de esquerda. Nem todas sobreviveriam ao golpe militar ou aos primeiros anos do novo regime, como as Ligas Camponesas (que Francisco Julião, inspirado pela Revolução Cubana, tentava radicalizar) e a corrente esquerdista do Partido Socialista Brasileiro (liderada pelo nacionalismo radical de Leonel Brizola). Outras organizações persistiram, em destaque o até hoje operante PC do B (Partido Comunista do Brasil, formado em 1962 a partir da dissidência “stalinista” do PCB que se alinharia ao comunismo chinês). Também existiam partidos trotskistas, como o Partido Operário Revolucionário (POR [T]) e a Organização Revolucionária Marxista-Política Operária (ORM-Polop). Finalmente, socialistas cristãos, em destaque a Ação Popular, que mais tarde se tornaria maoísta e deteve grande influência na UNE nos anos 1960.

Depois de 1964, a principal característica comum entre as organizações de esquerda que concorriam com o PCB residia na defesa da luta armada imediata. Mas, a rigor, a idéia

da luta armada já se tornara muito forte entre a esquerda desde a Revolução Cubana, vitoriosa em 1959, e já era defendida até por alguns partidos dissidentes, como o PC do B: “Ao contrário do que muitas vezes tem sido veiculado, a opção pela luta armada não ocorre na esquerda, em 1968 ou em 1969. Nós estávamos pensando nisso muito antes. A rigor, a Revolução Cubana mostrou esse caminho para a esquerda latino-americana já em 1959”. (Velasco, 1999, p. 109). Segundo Gorender, toda a esquerda considerou o golpe de 64 como prova da falência do caminho pacífico, menos a maioria do Comitê Central do PCB. Tornou-se um axioma da esquerda brasileira a necessidade de usar a luta armada contra o regime dos golpistas. Mas nem isto foi suficiente para unificar a esquerda. Outros problemas dividiram as esquerdas em inúmeros partidos, organizações, dissidências, grupos e vanguardas: antecedentes partidários e doutrinários, diferentes influências teóricas, limitações regionais, pressões de países socialistas e as condições de clandestinidade que dificultavam um intercâmbio satisfatório entre os militantes das esquerdas. (Gorender, 1998).

Por ocasião do VI Congresso do PCB, dirigentes comunistas estimam que 10 mil membros do partido acompanharam Carlos Marighella na sua cisão (que depois daria origem à Aliança Libertadora Nacional, a ALN), 5 mil acompanharam Jacob Gorender e Mário Alves no Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) e outros 5 mil se dispersaram em várias outras dissidências. (Folha de S. Paulo, 30/mar./1998, p. 5.3.). Entre as dissidências ativas no final dos anos 1960 e início dos anos 1970, podem ser citadas a M3G (Marx, Mao, Marighella e Guvera) e a Frente de Libertação do Nordeste (FLNE), oriundas da ALN, a Corrente Revolucionária de Minas Gerais, a Tendência Leninista (da qual se formaria o Movimento de Libertação Popular, Molipo) e as Dissidências comunistas universitárias da Guanabara (que daria origem ao Movimento Revolucionário 8 de Outubro, o MR-8), de Niterói, de São Paulo e do Rio Grande do Sul. (O Estado de S. Paulo, 10/maio/1998, p. A8).

Apesar de algumas ligações evidentes entre velhas e novas esquerdas, como a crescente hegemonia da proposta (e prática) da luta armada (que já era defendida por alguns setores da esquerda antes mesmo da derrocada de 1964), assim como vários outros aspectos ideológicos, retóricos e organizacionais, há uma cisão entre as duas esquerdas no que diz respeito aos seus principais militantes e líderes. No relato de Daniel Aarão Reis Filho e

Ferreira de Sá, o golpe de 1964 interrompeu muitos projetos políticos e de vida de membros das esquerdas, e a grande massa dos militantes de esquerda pré-1964 silenciou-se ou ficou desorientada. De um momento ao outro, jovens militantes recém-ingressos nas organizações de esquerda, passaram a assumir importantes papéis: “Os que haviam começado em 1963, 1964, viram-se subitamente com responsabilidades de direção. Nas organizações e partidos da Nova Esquerda a média de idade beirava freqüentemente os 20, 22 anos. Os que tinham 25 anos eram considerados veteranos”. (Apud Ventura, 1989, p. 44). Para Quartim de Moraes, a esquerda que não lutara em 1964 contra o golpe militar “não era a mesma que lutou em 1968”. (1989, p. 146). Exceto por 2 dirigentes saídos do PCB (Carlos Marighella e Joaquim Câmara Ferreira), os que decidiram não lutar em 1964 continuaram com a mesma opinião em 1968 (exceto pelo esboço de guerrilha na serra do Caparaó, inspirado por Brizola). Portanto, a maioria dos dirigentes da luta armada contra o regime militar não teve papel dirigente na esquerda até 1964. (Moraes, 1989).

Entre as novas esquerdas do meio estudantil surgiria um grupo em que a interpretação radicalizante de teologias e filosofias de origem cristã atingiria um ápice criativo – a Ação Popular (AP). Mas a AP seria justamente a organização juvenil brasileira que faria a viragem ideológica mais extrema destes anos – convertendo-se ao maoísmo ortodoxo e dogmático de modo fanático. Certamente, o esquerdismo cristão foi mais um componente herético da onda mundial de revoltas e da nova esquerda dos anos 1960, aumentando ainda mais a riqueza destes fenômenos históricos, assim como, em contrapartida, suas contradições e desencontros. O esquerdismo cristão seria mais uma via que levou muitos jovens de classe média à rebeldia nos anos 1960. Foi uma fonte ideológica importante, atraente pelo seu idealismo e até por seu ativismo, mas que não admitia sem reticências (como o maoísmo e o foquismo faziam) a retórica e a prática da violência. Talvez por isto, como na própria AP, o cristianismo progressista tenha perdido um pouco de sua influência na segunda metade dos anos 1960 entre os jovens rebeldes, ao mesmo tempo em que alguns dos cristãos progressistas foram levados a radicalizar ainda mais sua ação e doutrina, como a própria Teologia da Libertação. Na AP, o maoísmo passou a ser mais bem aceito internamente a partir de 1967, enquanto que em 1968 foi feita uma adoção mais explícita do comunismo chinês. (Camacho, 1999).

Uma discussão especial também é necessária sobre as dissidências comunistas estudantis. Vários dos que seriam líderes do movimento estudantil de 1968 entraram no PCB justamente quando se frustrava a crítica interna à linha adotada pelo partido em 1963-64. Na verdade, tais jovens militantes entravam em setores estudantis do PCB que já se encaminhavam seriamente para o desligamento do partido. Entre eles, Vladimir Palmeira, convidado a se filiar ao PCB em 1965 por dissidentes que prometiam transformar internamente o partido: “Não cumpríamos mais as orientações partidárias: o partidão dizia ‘a’, a gente fazia ‘b’ e pronto”. Mas logo Vladimir resolveu formar sua própria dissidência, diante da hesitação dos que o convidaram: seria a Dissidência da Guanabara (que, segundo seu criador, não adotara imediatamente a proposta da luta armada). (Apud Dirceu; Palmeira, 1998, p. 52).

### ***Organizações da esquerda estudantil e movimentos estudantis***

A cisão no movimento comunista internacional e a fragmentação das esquerdas no início dos anos 1960 pode ter sido prejudicial à esquerda como um todo politicamente, privando-a de “resultados políticos” (vitórias, conquista do poder, marcação de posições diante de forças da “direita” etc.) e até ter não intencionalmente colaborado para a legitimação da linha dura do regime militar. Mas nutriu os movimentos juvenis com uma diversidade de idéias, debates vivos e estratégias sem tamanho. Os movimentos estudantis foram alvo da ação de partidos, cisões ou grupelhos novo-esquerdistas que tentaram agitá-los, mobilizá-los, radicalizá-los e até manipulá-los. A miríade ideológica em que se fragmentou o outrora quase homogêneo pensamento de esquerda (centrado no comunismo soviético), assim como a fragmentação de suas organizações, fermentou e aqueceu ainda mais os movimentos estudantis e os movimentos de juventude. Antes, é claro, houve cisões nas esquerdas – e é quase certo que os anarquismos eram ideologicamente bem mais próximos das tendências gerais dos movimentos de juventude dos anos 1960. Mas estas “velhas” cisões não tinham encontrado ainda o ambiente mais propício para sua difusão – jovens e *campi* universitários.

Por outro lado, não se pode dizer, mesmo no Brasil em que eram tão fortes os grupos da nova esquerda estudantil, que os movimentos estudantis foram manipulados

pelos novos radicalismos, nem mesmo que expressaram simplesmente idéias e posições destes:

O movimento estudantil de 1968 não pode ser confundido com os partidos revolucionários e, particularmente, com as ações armadas então desfechadas [...]. O que não quer dizer que óbvias relações não tenham sido estabelecidas entre estudantes e partidos revolucionários. Mas é preciso evitar as interpretações simplistas [...], negando a autonomia relativa de cada um. (Reis Filho, 1999, p. 66).

A fragmentada esquerda brasileira após 1964 defendeu com cada vez mais ênfase a luta armada e, “no quadro destas concepções, o movimento social dos estudantes era um pião num jogo mais complicado – o da revolução. Como, no entanto, era o mais ativo e articulado, era ali que se recrutavam militantes e dirigentes para os partidos revolucionários”. Ao mesmo tempo em que ambicionavam “reger e instrumentalizar os movimentos sociais”, os partidos revolucionários se viram “arrastados pela dinâmica” do movimento estudantil. (Reis Filho, 1999, p. 68-9).

Entre 1964 e 1968, muitos grupos esquerdistas se introduziram no movimento estudantil e na UNE. Se no final dos anos 1950 predominou o PCB e, entre 1961 e 1963, a AP, nos anos seguintes também iriam concorrer, pelo controle das entidades estudantis, várias dissidências estudantis comunistas e até organizações como a trotskista Polop. No início de 1966, estes grupos da nova esquerda estudantil discordavam da proposta legalista do PCB. O PCB recomendava que fosse acatado o decreto que desmantelava a UNE e as demais entidades estudantis, trocando-as por novas entidades submetidas ao controle do regime (a Lei Suplicy). Depois de vitoriosos, estes grupos da esquerda estudantil passaram a se digladiar pelo controle da UNE, que foi efetivamente reorganizada em 1966. Era a recuperação da esquerda estudantil após o choque sofrido com o fracasso de 1964. Mas é uma esquerda estudantil mais radicalizada: a AP se aproximava do maoísmo, as dissidências comunistas defendiam a luta armada, a Polop se aproximava do foquismo e mesmo o PCBR, que teve participações pontuais no movimento estudantil, se encaminharia para a luta armada. A chapa que venceu as eleições para a UNE, em 1967, era uma composição das três principais tendências da nova esquerda estudantil – AP, Dissidências e Polop – que se uniram, por um instante, para marginalizar completamente os defensores da linha oficial do PCB.

### ***O Movimento estudantil entre 1961 e 1967***

Como já foi dito, movimento estudantil e novas esquerdas não se confundiram em 1968, muito menos antes. Também, para compreender o movimento estudantil no Brasil, é essencial retomar um pouco do histórico da instituição que representava os universitários desde os anos 1930, a União Nacional dos Estudantes (UNE). Mas não será preciso retornar à década de 1930, apenas enfatizar importantes momentos entre 1961 e 1967 – momentos que preparam a revolta de 1968.

1968 pode ser considerado como o auge da confluência entre a insatisfação da massa estudantil contra o regime, a entidade nacional dos universitários (UNE) e as novas esquerdas estudantis. Esta confluência envolveu também, o que não terei espaço para discutir melhor, as insatisfações das novas classes médias urbanas.

Mas, mesmo com a constante presença da UNE, não se pode falar tranquilamente de um movimento estudantil brasileiro, nem antes nem durante os anos 1960. No Brasil, em vários momentos, foram mais visíveis “movimentos” estudantis, pouco articulados entre si no tempo e no espaço, divididos regional e ideologicamente e defendendo interesses diversos. Mas nos seus momentos de maior destaque e agitação, os movimentos estudantis tenderam a se comportar como “ondas” nacionais de revolta, como em 1966 e em 1968. Mesmo nestas ondas de mobilização das massas estudantis, porém, não se pode dizer que a UNE representava exatamente os desejos, interesses e motivações dos que se mobilizavam. Apesar de UNE e movimento estudantil quase se identificarem em 1968, a direção efetiva e cotidiana das revoltas estava muito mais nas entidades estaduais, diretórios e centros acadêmicos que na própria UNE.

Se o auge das manifestações de 1968 foi o grande exemplo de confluência, do “encontro”, entre a UNE, esquerdas estudantis e massa universitária, o golpe militar de 1964 significou um grande desencontro entre eles: enquanto os dirigentes da UNE fugiam ou assistiam praticamente inertes ao incêndio da sede da entidade estudantil nacional, parte da massa estudantil ou se calava ou participava de atos de apoio ao golpe.

Já o final de 1968 recriaria o desencontro entre estudantes, esquerdas e UNE. Primeiro, dado o percurso tomado afinal pelas novas esquerdas: rumo à luta armada e à concepção do movimento estudantil como celeiro de militantes para a guerrilha. Segundo, pela crescente repressão do Estado. Para os militantes mais aguerridos, o movimento

precisava organizar-se de modo semiclandestino e enfrentar de modo violento e até armado o regime militar. Mas a maioria dos estudantes, que foram sensibilizados para a participação política durante os anos 1960, queria mesmo era manter aquela participação “tradicional”, que se resumia a assembléias, debates e protestos públicos. (Almeida; Weis, 1998).

Antes destes dois diversos desencontros, a UNE assistiu em seu interior a radicalização da ideologia populista professada e a aproximação para com as novas esquerdas. Já em 1961 a UNE anunciava uma participação política de caráter “progressista” para além dos temas universitários. A UNE engajou-se na “Rede da Legalidade”, que procurou garantir que João Goulart assumisse a presidência da República após a renúncia de Jânio Quadros. Antes mesmo da renúncia de Jânio, a UNE emitiu uma nota conclamando a defesa da Constituição e do regime democrático:

Não podemos aceitar qualquer espécie de golpe, e exigimos que seja cumprida à risca a letra da Constituição. Conclamamos o povo e, particularmente, os estudantes, para que se mantenham vigilantes.

Infelizmente cercada, perseguida, fechada, a UNE nem sempre tem podido furar a censura e o policialismo que domina o Estado da Guanabara. Mas podem crer que não cederemos. A constituição deve ser defendida! Povo e estudantes do Brasil, unidos pela Constituição! Unidos pela Liberdade! (Apud Camacho, 1999, p. 52).

Diante da ameaça vinda dos ministros militares de Jânio, o presidente da UNE, Aldo Arantes, juntamente com outros estudantes, como Herbert de Souza, o Betinho, dirigiram-se para Porto Alegre: “Foi um momento inesquecível. Havia 100 mil pessoas na praça, defronte da sede do governo. Mais de 70 mil se alistaram para lutar na guerra civil, se necessário. E quando tudo terminou com a instituição do parlamentarismo [...], ainda havia gente treinando marcha unida nas ruas da capital gaúcha. Uma experiência emocionante.” O anúncio do acordo parlamentarista “[...] desarticulou todo o esquema armado para a resistência ao golpe [...]. Mesmo assim, milhares de pessoas saíram às ruas da capital gaúcha aos berros: ‘Jango traiu! Jango traiu’... Não deixara de haver o golpe”. (Herbert de Souza apud Dantas Filho; Doratioto, 1991, p. 50-1).

Também, no início dos anos 1960, a UNE e os estudantes participaram de várias campanhas e projetos de educação e cultura popular, principalmente no Nordeste. Destacou-se o Movimento de Cultura Popular – de Paulo Freire, vinculado à Prefeitura de Recife –, o Movimento de Educação de Base – criado pelo CNBB (Confederação Nacional

dos Bispos do Brasil) –, a Campanha “De Pé no Chão Também se Aprende a Ler” e os Centros Populares de Cultura (CPC’s) da UNE. Em todos estes movimentos, parecia hegemônica uma concepção de cultura popular ao mesmo tempo populista e elitista, em que se concebia a cultura popular como a “cultura produzida para o povo, visando a sua conscientização política e social. Seu caráter popular residiria na apropriação de formas populares, em benefício da conscientização do povo”. (Berlinck apud Silva, 1989, p. 39).

Enquanto se desenvolviam as atividades do CPC, a UNE e o movimento estudantil também atuavam em prol da Reforma Universitária e se envolviam com as querelas políticas dos últimos anos da democracia populista. Um forte populismo, de caráter às vezes até autoritário, estava presente na UNE, assim como nas demais organizações, partidos e movimentos esquerdistas no último governo populista. A própria postura de criar o CPC continha motivações como as que foram expressas nas “Resoluções do Conselho da UNE”, de 1962, que afirmavam no mais fiel estilo do populismo paternalista: “O estudante brasileiro, tomando consciência da situação de exploração em que vive o país e o seu povo, é chamado ao papel histórico de conscientização das massas populares”. (Apud Foracchi, 1965, p. 247).

Para Albuquerque (1977), desde 1961 a UNE havia ingressado na fase de “participação no poder”, com a crise que se seguiu à renúncia de Jânio Quadros. O governo Goulart, reconhecendo a ajuda da UNE, nomearia seguidos ministros da Educação ligados ao movimento estudantil, enquanto a UNE e outras entidades estudantis tentavam influenciar diversas organizações populares, como os sindicatos urbanos, onde foram menos eficientes (exceto entre comerciários e bancários, dado que muitos eram também universitários), os movimentos de militares subalternos e o sindicalismo rural.

A grande ação (e frustração) da UNE neste período seria a greve do 1/3, ocorrida em 1962. A greve paralisou 40 universidades no Brasil (23 federais, 14 particulares e 3 estaduais), mas, apesar do sucesso inicial, acabou fracassando e desgastando a UNE. O movimento grevista iniciou-se em São Paulo em solidariedade aos alunos do Mackenzie, que desejavam a “federalização” desta universidade.

O movimento estendeu-se para muitas unidades universitárias do país, enquanto a UNE sintetizou as diferentes demandas na reivindicação de que a representação discente se desse na base de 1/3 dos órgãos decisórios das faculdades e universidades. Era também

uma maneira de forçar a Reforma Universitária, que não avançava no Poder Legislativo, e praticar algumas das propostas defendidas pelos estudantes. Mais que uma luta entre estudantes e governo federal (que chegou a apoiar as reivindicações, tentando manipular o movimento estudantil), a greve do 1/3 adquiriu ares de um conflito geracional, envolvendo estudantes *versus* professores. Diante das propostas de reforma universitária, professores e autoridades acadêmicas reagiram argumentando que “estudantes precisam é de estudar. Já chegam as concessões e as humilhações dos professores aos alunos”. (Professor da Universidade do Brasil apud Foracchi, 1965, p. 254). Diante de um verdadeiro processo de “esforço coletivo de reflexão” dos estudantes, sobre os problemas gerais da Universidade e mesmo da relação da Universidade com o país, um esforço autêntico, ainda que cheio de oscilações e ambigüidades, docentes e autoridades, como o reitor da Universidade de São Paulo, definiriam a greve do 1/3 como um “[...] movimento transitório que representa, na melhor das hipóteses, um lamentável equívoco de estudantes sobre a verdadeira finalidade da Universidade”. (Publicado em *O Estado de S. Paulo* em 4/8/1962, apud Foracchi, 1965, p. 259).

Em 1963 e 1964, para Albuquerque (1977) (um analista do movimento estudantil bem pouco simpático em relação ao seu objeto), a entidade nacional dos universitários entrou na fase da “luta pelo poder”. Segundo Marialice Foracchi (1965), a UNE chegou a ser considerada um “Quarto Poder” no fim do governo Goulart. Nestes anos, a UNE e diversas entidades estudantis desenvolveram mais ainda os movimentos de educação e cultura popular. Também se envolveram nas tentativas de organização de sindicatos rurais, principalmente no Nordeste, muitas vezes ao lado da Igreja, como em Pernambuco e Rio Grande do Norte. (Albuquerque, 1977).

Nos últimos atos do governo Goulart e nas derradeiras manifestações em prol das Reformas de Base, em 1964, estiveram presentes a UNE e as esquerdas estudantis. O próprio Comício de 13 de março, na Central do Brasil, Rio de Janeiro, teve a UNE entre as 21 organizações sindicais que assinaram a sua nota convocatória. Não apenas Jango citou os estudantes e a Reforma Universitária em seu discurso, como o próprio presidente da UNE, José Serra, falou para a multidão. (Silva, 1989; Albuquerque, 1977; Poerner, 1979).

Mas as posições dos militantes das esquerdas estudantis e dos líderes da UNE não expressavam mais exatamente o espírito da massa dos universitários, muitos deles filhos

das classes médias que seguiram as Marchas com Deus pela Liberdade. Segundo Martins Filho, um dos sinais que comprova isto é o fato da principal organização estudantil depois da UNE, a União Metropolitana dos Estudantes da Guanabara (UME), estar desde 1963 nas mãos da “direita estudantil” (Martins Filho, 1997) (na verdade, levando em conta as considerações de Poerner [1979], eram estudantes “liberais”). Era um dos indícios de que “a massa dos estudantes, o estudante comum, se deixou levar pelo discurso anticomunista e por toda aquele quadro que se criou para justificar o golpe militar”. (Martins Filho, 1997, p. 80).

Ao chegarem os rumores do golpe da direita, no dia 31 de março, estudantes esquerdistas das Faculdades Nacionais de Direito e Filosofia, no Rio de Janeiro, chegaram a pedir armas ao Governo Federal para a resistência, acreditando na eficácia de um pretense esquema militar que sairia em defesa de Jango. Como as armas não apareceram, estes e outros estudantes decidiram sair às ruas para participar de manifestações antigolpistas no dia 1 de abril. Mas logo perceberam que a pequena resistência caía inerte, principalmente quando viraram alvo de tiros vindos do Clube Militar. Neste mesmo dia, também viram a sede da UNE, o Clube Germânia, ser depredada e incendiada por grupos paramilitares. Enquanto isto, José Serra, presidente da UNE, pedia asilo à Embaixada do Chile. (Poerner, 1977). O furor dos golpistas contra os estudantes se estendeu à Universidade de Brasília (UnB) – que fora uma das criações mais celebradas da última fase da democracia populista –, que teve seu *campus* invadido pela polícia após a deposição de Jango, com a prisão de vários professores e estudantes (em 13 de abril, seria decretada a intervenção da UnB). O movimento estudantil e a direção da UNE, oriundos da última fase da democracia populista, desmantelaram-se rapidamente. Dirigentes se exilaram, pediram asilo em embaixadas, se encontravam foragidos ou foram presos.

Mas as próprias atitudes do governo Castelo Branco beneficiariam, por fim, a radicalização da militância estudantil. O Decreto-lei de novembro de 1964 de autoria do ministro de Educação e Cultura, Flávio Suplicy de Lacerda, complementado pelo presidente Castelo Branco em meados de 1965, previa o fim da UNE e das demais entidades representativas dos estudantes, criando novos órgãos e regulamentos para a representação estudantil no nível superior. Segundo a Revista do DCE (Diretório Central Estudantil) da USP (Universidade de São Paulo) de 1966, o ministro Suplicy (que declarara

à imprensa que “os estudantes não precisam ser ouvidos” a respeito de seu projeto de lei) e o governo acreditavam que os partidos estudantis estavam totalmente vencidos e que não esboçariam qualquer reação contrária. Mas, afirma a Revista, seria justamente esta atitude quem ajudaria a reviver o movimento estudantil. (Rocca, 1966).

A UME, cuja direção fizera oposição à esquerda estudantil, acabou reunindo em sua sede, em 24 e 25 de junho de 1964, representantes de doze Uniões Estaduais dos Estudantes (UEEs), que elegeram uma Junta Governativa e, em julho, uma direção provisória para a UNE. Era a primeira tentativa de recriar a entidade nacional, que procurou não apenas combater o projeto de Suplicy como também recuperar a sede da entidade e organizar para o ano seguinte o 27º Congresso Nacional dos Estudantes, o Congresso da UNE. (Poerner, 1977). Neste momento de reorganização do movimento estudantil e da UNE, destacaram-se grupos estudantis liberais e o próprio tom da crítica ao regime militar, no período logo após o golpe de 1964, tinha um nítido caráter liberal-democrático.

Ainda em 1964, os “partidos” da esquerda estudantil recolhiam seus cacos após o desastre do golpe, ajudando a recriar efetivamente a UNE. No 27º Congresso da UNE, em julho de 1965, participaram 313 das 450 representações acadêmicas do país, elegendo para presidente o estudante paulista Antonio Xavier. Continuava predominando politicamente a AP, que defendia, assim como outras entidades da Nova Esquerda estudantil, a não participação nas eleições convocadas para os Diretórios Acadêmicos e Diretórios Centrais regulamentados segundo a Lei Suplicy – ao contrário do que defendia o PCB. (Poerner, 1977).

No seu 27º Congresso, o tema dominante foi justamente a Lei Suplicy, para a qual a UNE resolveu convocar para outubro de 1965 um plebiscito entre os estudantes. Mas, antes disto, a lei seria aprovada pelo Poder Legislativo. Mesmo assim, a UNE resolveu realizar o plebiscito: como resultado, 92,5% dos universitários repudiaram a Lei. Assim, apesar da posição do PCB a favor das novas entidades propostas pela Lei Suplicy, na prática o movimento estudantil em fase de rearticulação acabou fazendo dela “letra morta” – a única entidade que vingou foi o Diretório Estudantil gaúcho, que funcionou até 1979.

Diante da oposição estudantil, Suplicy afirmaria em agosto de 1965 que encontrara as Universidades “com agitadores e pequenos ladrões transformados em líderes” e ordenou que se reprimissem os Diretórios Acadêmicos que se recusavam a participar das eleições

das novas entidades. (Apud Poerner, 1977, p. 265). Enquanto isto, o ministro da Justiça, General Juraci Magalhães, teve de ouvir a UNE recusar seu convite oportunista de “diálogo” com o movimento estudantil. Segundo a UNE a proposta era uma “tentativa de encobrir a impopularidade de uma ditadura repudiada pelos brasileiros”:

São os autores da perseguição e da violência que falam hoje em diálogo. Falam de aproximação. Falam de entendimento. O que na verdade propõem é que esqueçamos os gritos de colegas como Rui Guerra, da União Pernambucana dos Estudantes, torturado na prisão. O que na verdade propõem é que esqueçamos os 3 mil universitários presos, expulsos, expatriados, desde o 1º de abril de 1964. Querem que ignoremos a mão esfacelada do colega Ezequias Gomes, ferido na Guanabara. O que na verdade propõem é que abandonemos um diretor da UNE, Heitor de Laola, preso há meses no Ceará. Propõem anular a juventude. Moldá-la fascista, violenta, corrupta. (Publicado no *Correio da Manhã*, em 17/12/1965, apud Poerner, 1977, p. 266).

Diante de tal documento, o ministro resolveu encaminhar o processo de fechamento da “insolente” UNE, que, como reação, denunciou o governo Castelo Branco como uma “[...] ditadura militar de traição nacional, [...] um governo que prende sem crime e condena sem julgamento, que impede o direito de crítica e de protesto, espanca e tortura quando julga necessário”. (Apud Poerner, 1977, p. 266). Ainda em 1965, o presidente Castelo Branco seria vaiado quando se dirigia à Universidade Federal do Rio de Janeiro. No Rio também aconteceria uma pequena passeata contra a decretação do AI-2. (Reis Filho; Moraes, 1998). Em maio de 1965, uma greve de 7 mil alunos paralisou a Universidade de São Paulo. Em Brasília, professores e alunos fizeram uma greve de um dia na UnB, motivando uma nova invasão policial da universidade, em 25 de outubro. Como decorrência, quinze professores foram demitidos. Em repúdio, duzentos professores pediram demissão. A UnB desmantelava-se: restavam apenas mais quinze professores em toda a universidade. (Poerner, 1977).

Esboços de mobilização estudantil, seguidos por uma truculenta repressão, se dariam também no início de 1966. A relação desmesurada entre ação e repressão acabaria gerando a primeira onda nacional de revoltas estudantis após o golpe militar, ainda em 1966. Seria vencido o descompasso entre a militância esquerdista que controlava a UNE e a massa estudantil, em boa parte graças à repressão e à inabilidade do governo militar em lidar com as questões universitárias. (Martins Filho, 1998). Já no início das aulas, o DCE da UnB recomendou aos alunos que não pagassem a anuidade instituída a partir daquele ano (outra criação do ministro Suplicy), apesar do seu valor irrisório. Em Belo Horizonte, em

março, também no início das aulas, os veteranos determinaram que, como trote, os calouros deveriam desfilar pelas ruas carregando críticas ao regime militar. Mas a “passeata dos calouros” foi atacada violentamente pela polícia, que chegou a invadir a igreja São José, no centro, onde estudantes haviam se refugiado. (Vieira, 1998). Em solidariedade aos mineiros, estudantes cariocas e paulistanos realizaram passeatas: no Rio, em 19 e 24 de março (reunindo de 3 a 5 mil participantes); em São Paulo, em 18 de março (com 2 mil pessoas). Também houve atos de solidariedade no Paraná e Espírito Santo. Como se repetiria em 1968, a população reagiu às passeatas estudantis com aplausos e fazendo chover papel picado do alto dos edifícios. (Poerner, 1977). Em 21 de abril de 1968, dia de Tiradentes, um feriado, estudantes mineiros colocaram velas em forma de L (de Liberdade) em torno do Palácio da Liberdade (sede do governo estadual), em ato organizado pelo DCE da Universidade Federal de Minas Gerais. (Vieira, 1998).

No mês de julho de 1966 se daria o 28º Congresso da UNE, em Belo Horizonte. O Congresso havia sido proibido pelo governo federal, que já havia declarado a UNE ilegal. Forças policiais ocuparam a sede da UEE de Minas Gerais, onde deveria acontecer o Congresso, e se espalharam por pontos estratégicos de Belo Horizonte para coibir a chegada dos congressistas. Apesar disto, o Congresso acabou se realizando num dos salões da igreja de São Francisco de Assis, no convento dos franciscanos. 300 delegados – 200 não conseguiram chegar – se dirigiram ao local do encontro após a missa da noite, realizando durante toda a madrugada o Congresso. Até mesmo estudantes norte-americanos compareceram como observadores. De manhã, os estudantes saíram misturados com o povo após o fim da missa das 7. Diferentes forças de esquerda compunham a nova diretoria da UNE escolhida no Congresso, tendo José Luís Guedes, da AP, como presidente. Após o governo descobrir que havia sido logrado, fechou-se arbitrariamente o Seminário Franciscano, em represália aos religiosos que abrigaram o Congresso ilegal.

O auge desta primeira onda de mobilização estudantil após o golpe militar seria o mês de setembro de 1966. As lutas estudantis deste mês foram chamadas de “setembro heróico”. Começaram com a greve estudantil da Faculdade Nacional de Direito, no Rio de Janeiro, e a prisão de 178 estudantes paulistas reunidos em um Congresso clandestino realizado pela UEE de São Paulo, em São Bernardo do Campo. Novas greves estudantis se deram em São Paulo e Rio de Janeiro, assim como passeatas em Minas Gerais. A UNE

elegera o dia 22 de setembro como o “Dia Nacional de Luta contra a Ditadura”, que deveria ser o auge dos seus atos de protesto, após decretar a greve geral dos estudantes a partir do dia 18. No dia 22, ocorreram protestos em todo o país, como Porto Alegre, Belém, Goiânia (onde um cabo da polícia militar foi morto durante tiroteio envolvendo policiais e estudantes), Salvador e Recife (nestas duas últimas, houve feridos nos conflitos com a polícia). (Poerner, 1977). Mas o acontecimento que teve maior repercussão ficou conhecido como o “Massacre da Praia Vermelha”, ocorrido na madrugada do dia 23 de setembro na Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro, quando a polícia encurralou 600 estudantes (entre os quais, 240 moças) que estavam reunidos em assembleia. A polícia invadiu a faculdade às 5 da manhã, que estava cercada desde o meio da tarde do dia anterior. Entre os estudantes, estava Vladimir Palmeira:

Apanhamos feito boi ladrão, aquilo nunca havia acontecido antes e de imediato chocou toda a população [...]. Essa história foi tão traumática, bateram tanto nos estudantes – chegaram a enfiar cassetete na vagina das meninas –, foi tanta violência nessa noite que aquele pessoal de 66 nunca mais fez movimento estudantil. Alguns – muito poucos – se tornaram lideranças, viraram socialistas, mas a grande maioria se afastou e foi cuidar da própria vida. Muitos deles só voltaram a aparecer em uma manifestação em 68, na passeata dos Cem Mil. (Apud Dirceu; Palmeira, 1998, p. 66, 68).

O movimento estudantil entraria em refluxo no ano de 1967, principalmente por causa do inesperado grau de repressão que suas manifestações encontraram. Ainda assim houve lutas de importância em nível regional: em agosto, os estudantes secundaristas que faziam uso do Restaurante Calabouço conquistaram uma importante vitória, recebendo um novo restaurante; em setembro, porém, uma luta contra as anuidades na Guanabara foi derrotada; em Minas Gerais, durante a visita do presidente Costa e Silva a Belo Horizonte, universitários entraram em greve e promoveram uma passeata que tomou as escadas da Igreja São José, sem interferência policial. (Vieira, 1998). Mais importante em 1967, porém, foram os avanços na organização das entidades estudantis autônomas. Não apenas a UNE se reorganizava e se fortalecia, mas também entidades estaduais, como DCE's (Diretórios Centrais Estudantis) e CA's (Centros Acadêmicos) eram reconstruídos à margem do reconhecimento do regime autoritário. Isto seria constatado pelo próprio movimento de 1968, como se percebe em um texto do DCE-livre da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que afirma que as resistências contra a Lei Suplicy e as manifestações de 1966 permitiram que o movimento estudantil criasse “um poder paralelo; uma estrutura de

representação estudantil independente das injunções do governo”. (Como lutar, 2º sem./1968).

Neste processo de reorganização, destacou-se o 29º Congresso da UNE, realizado em julho de 1967, novamente em caráter clandestino. Reportagem em uma revista publicada pelo Grêmio da Faculdade de Filosofia da USP narrou a preparação deste encontro. O ministro da Justiça, Gama e Silva, tinha vindo a público proibir o Congresso, ameaçando impedir “de qualquer forma” a sua realização. Inicialmente, pensava-se em fazê-lo no Conjunto Residencial da USP (CRUSP), de modo aberto, mas, diante desta ameaça, optou-se pela clandestinidade. A organização foi ampla e sigilosa. Inclusive durante as férias, os militantes conseguiram juntar dinheiro para a realização do Congresso através de bônus da UNE e do jornal “Movimento”, vendidos em pedágios, filas de ônibus, visitas às casas e nas cidades do interior do Estado que tinham escolas superiores. Uma comissão de “segurança” também foi organizada para proteger aqueles que faziam a arrecadação de recursos e os que iriam participar do Congresso. Enquanto isto, afirma a reportagem dos estudantes, declarações de autoridades governamentais prometiam que a polícia prenderia os líderes estudantis antes mesmo do Congresso, que este não se realizaria de modo algum. Mas as lideranças da UNE já haviam optado por um Congresso não aberto, mas não levaram tal decisão a público, mantendo-se todas as evidências de um encontro aberto no CRUSP. Apenas os delegados e poucos membros da Comissão de Segurança sabiam da mudança de planos e menos gente ainda sabia do verdadeiro local. O Congresso se deu numa fazenda em Vinhedo, em 26 de julho – antes do que havia sido publicamente anunciado –, mas sob condições precárias. Apenas no dia 31 de julho, dois dias após o término do encontro, é que a imprensa noticiou que o evento se realizara com sucesso. (XXIX Congresso da UNE, set./1967).

A AP continuava ocupando a presidência da UNE, com Luís Travassos, mas a nova diretoria era uma composição de diferentes forças das novas esquerdas. Se o PCB foi marginalizado da UNE neste momento, a própria AP percebeu que ela perdera muito de sua hegemonia dentro da entidade nacional. Eventos, durante o próprio Congresso e posteriormente, demonstravam crescentes intrigas e conflitos dentro da diretoria da UNE, os quais colocariam em breve o seu presidente numa posição minoritária dentro da organização.

A Carta Política do 29º Congresso da UNE tem, no entanto, muito do espírito da AP, que levava às discussões dentro do movimento estudantil prioritariamente temas políticos gerais, em destaque a crítica à ditadura e ao imperialismo. A constatação de que a categoria dos estudantes era a única que oferecia alguma espécie de oposição marcante contra o regime, nesta Carta, faz com que se conclua que os estudantes teriam uma função primordial no despertar da “revolução”. Mas esta “revolução” só poderia se dar com a força das classes trabalhadoras:

Mais dia, menos dia, (as elites e o regime militar) serão derrubados como todas as classes dominantes do passado. Não seremos nós que derrubaremos essas classes. Pelo contrário, julgamos que toda nossa força advém do fato de integrarmos na luta dos que trabalham e são explorados, dos que fazem a riqueza da nação e com os quais marcha a história. (Carta Política da UNE, aprovada no XXIX Congresso em julho de 1967, set./1967, p. 18-9).

Após uma análise do movimento estudantil, da situação internacional e nacional, a Carta descreve um “Plano de Luta”, que inclui: luta antiimperialista, luta contra a ditadura, luta contra o Acordo MEC-USAID, mais verbas para o ensino e mais vagas, promoção de seminários nacionais e regionais estudantis, integração com o movimento secundarista e docente, integração com movimentos estudantis da América Latina e de todo o mundo e aperfeiçoamento dos instrumentos de ação da UNE. (Carta Política da UNE, aprovada no XXIX Congresso em julho de 1967, set./1967).

Assim, apesar da diretoria da UNE eleita por este Congresso ainda estar sob a presidência da AP, tanto quanto no início da década de 1960, ela já não era mais ideologicamente a mesma. Primeiro, porque a própria AP se afastara do humanismo cristão de suas origens e se aproximava cada vez mais do maoísmo. Segundo, porque a UNE assistia à crescente influência de dissidências estudantis comunistas (as quais haviam se desligado do PCB [Partido Comunista Brasileiro] por considerarem-no moderado demais). Sob tais influências, e diante do marcante fracasso das esquerdas tradicionais em 1964, a UNE abraçava uma nova visão sobre a relação entre estudantes e classes trabalhadoras, abandonando aquele populismo de outrora. Tratava-se agora de defender a revolução protagonizada pelas classes trabalhadoras, como se viu na citação acima.

Era a hora de abraçar de vez os ideais combativos das novas esquerdas. Junto com a insatisfação crescente das classes médias e as tendências cada vez mais autoritárias do Regime, estavam reunidos os ingredientes de uma mistura que se revelaria explosiva no ano seguinte, quando se deu o movimento de 1968 – marcante evento de contestação ao

governo militar – e o ingresso do país nos tempos mais violentos da ditadura, os “Anos de Chumbo” (1969-1974).

### Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE, J. A. Guilhon. “Movimento estudantil e classe média no Brasil. Estudo comparativo”, In: \_\_\_\_\_. (coord.). **Classes médias e política no Brasil**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, cap. IV, p. 117-144.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; WEIS, Luís. “Carro zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar”, In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). **História da vida privada no Brasil – 4. Contrastes da intimidade contemporânea**, São Paulo: Cia. das Letras, 1998, p. 319-410, cap. 5.

CAMACHO, Thimoteo. **Cultura dos trabalhadores e crise política. estudo sobre o Centro Popular de Cultura do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André**, Santo André: Fundo de Cultura do Município de Santo André, 1999.

CARTA POLÍTICA DA UNE, APROVADA NO XXIX CONGRESSO EM JULHO DE 1967, *Revisão*, Grêmio da Faculdade de Filosofia da USP, n. 5, São Paulo, set./1967.

COMO LUTAR, *mimeo*, DCE-livre da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2º sem./1968.

DANTAS FILHO, José; DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **A república bossa-nova. A democracia populista (1954-1964)**, São Paulo: Atual, 1991.

DIRCEU, José; PALMEIRA, Vladimir. **Abaixo a ditadura**, Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/ Garamond, 1998.

ESTADO DE S. PAULO, O. 10/maio/1998, p. A8.

FOLHA DE S. PAULO, 30/mar./1998, p. 5.3.

FORACCHI, Marialice M. **O estudante e a transformação da sociedade brasileira**, São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1965.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**, 5ª ed., São Paulo: Ática, 1998.

GROPPO, Luís Antonio. **Uma onda mundial de revoltas. Movimentos estudantis de 1968**. Piracicaba: Editora Unimep, 2005a.

\_\_\_\_\_. “A questão universitária e o movimento estudantil no Brasil nos anos 1960”. *Impulso*. Piracicaba, 16 (40), 117-131, 2005b.

IANNI, Octavio. **O colapso do populismo no Brasil**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 4ª ed., 1978.

MARTINS FILHO, João Roberto. “O movimento estudantil na conjuntura do golpe”, In: TOLEDO, Caio Navarro de (org.). **1964: visões críticas do golpe. Democracia e reformas no populismo**, Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1997, p. 75-81.

\_\_\_\_\_. “Os estudantes nas ruas, de Goulart a Collor”, In: \_\_\_\_\_ (org.). **1968 faz 30 anos**, Campinas: Mercado de Letras, São Paulo: Fapesp, São Carlos: Editora da Universidade de São Carlos, 1998, p. 11-26.

MORAES, João Quartim de. “A mobilização democrática e o desencadeamento da luta armada no Brasil em 1968: notas historiográficas e observações críticas”, *Tempo Social*, 1 (2), São Paulo, 2º sem./1989, p. 135-158.

POERNER, Artur José. **O poder jovem. História da participação política dos estudantes brasileiros**, 2ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979..

REIS FILHO, Daniel Aarão. “1968, o curto ano de todos os desejos”, In. VIEIRA, Maria Alice; GARCIA, Marco Aurélio (orgs.). **Rebeldes e contestadores. 1968: Brasil, França e Alemanha**, São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999, p. 61-71.

ROCCA, Francisco. “Luta contra a Lei Suplicy”, *Revista DCE USP Livre*, Diretório Central dos Estudantes da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1966, n. 1.

\_\_\_\_\_; Pedro de Moraes. **1968. A paixão de uma utopia**, 2ª ed., Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

SILVA, Justina Iva de A. **Estudantes e política. estudo de um movimento (RN 1960-1969)**, São Paulo: Cortez, 1989.

SITUAÇÃO NO BRASIL E O MOVIMENTO ESTUDANTIL, A. documento preparatório ao 30º Congresso da UNE, *mimeo*, 1968.

VELASCO, Sebastião. “Significados da conjuntura de 1968”, In: VIEIRA, Maria Alice; GARCIA, Marco Aurélio (orgs.). **Rebeldes e contestadores. 1968: Brasil, França e Alemanha**, São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999, p. 105-110.

VENTURA, Zuenir. **1968. O ano que não terminou. A aventura de uma geração**, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

VIEIRA, Margarida Luiza de Matos. “68: os estudantes mineiros e o desejo de um novo mundo”, In: MARTINS FILHO, João Roberto (org.). \_\_\_\_\_ (org.). **1968 faz 30 anos**, Campinas: Mercado de Letras, São Paulo: Fapesp, São Carlos: Editora da Universidade de São Carlos, 1998, p. 77-93.

XXIX CONGRESSO DA UNE, *Revisão*, Grêmio da Faculdade de Filosofia da USP, n. 5, São Paulo, set./1967.